



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 0132/2023 ALHANDRA, EM 07 DE MARÇO DE 2023

Dispõe sobre o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Município de Alhandra - PB.

O Prefeito Municipal de Alhandra, Estado da Paraíba, no uso das atribuições legais e constitucionais e na conformidade da Lei Orgânica do Município, e, tendo em vista o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

DECRETA:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública municipal direta e indireta, nas categorias de qualidade comum e de luxo:

Definições

Art. 2º. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se bem de consumo todo material que atenda a, pelo menos, um dos critérios a seguir:

- a) durabilidade: quando, em uso normal, perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de 2 (dois) anos;
- b) fragilidade: possui estrutura sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;
- c) perecibilidade: quando sujeito a modificações químicas ou físicas, deteriora-se ou perde suas características normais de uso;
- d) incorporabilidade: quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e
- e) transformabilidade: quando adquirido para fins de transformação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
CNPJ 08.778.318/0001-00,
Endereço: Rua Presidente João Pessoa, 66, Centro, Alhandra – PB**



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO**

Parágrafo Único: Demais critérios advindos de atualizações das normas brasileiras de contabilidade aplicada ao Setor Público deverão ser observados para fins de enquadramento dos bens de consumo.

Classificação de bens

Art. 3º. No enquadramento dos bens de consumo as seguintes definições serão consideradas:

I - artigo de qualidade comum: bem de consumo que atenda restritamente às características técnicas e funcionais necessárias para o atendimento da demanda identificada; e

II - artigo de luxo: bem de consumo que supera as características técnicas e funcionais necessárias ao atendimento da demanda identificada, de qualidade desnecessariamente requintada, dispensável ao adequado funcionamento da Administração, e identificável por meio de características tais como ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

§1º A aquisição de bens que esteja dentro do limite de valor de dispensa de licitação no art.75, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, afasta a possibilidade de enquadramento como artigos de luxo.

§2º Não será considerado como artigo de luxo aquele que, mesmo enquadrado na definição do inciso II do *caput* deste artigo:

I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do artigo de qualidade comum similar; ou

II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

Art. 4º. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Secretaria da Administração.

Art. 5º. A Procuradoria Geral do Município e a Secretaria da Administração poderá editar regulamentações e orientações complementares ao cumprimento deste Decreto.

Vigência

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alhandra, 07 de março de 2023.

MARCELO RODRIGUES DA COSTA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
CNPJ 08.778.318/0001-00,

Endereço: Rua Presidente João Pessoa, 66, Centro, Alhandra – PB